

**Demonstrações Financeiras**

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

31 de Dezembro de 2017  
com Relatório dos Auditores Independentes

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b> <b>(Reclassificado)</b>	<b>01/01/2016</b> <b>(Reclassificado)</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	18.945	51	62
Contas a receber de clientes	<b>6</b>	3.647	4.470	4.186
Títulos e valores mobiliários	<b>5</b>	-	35.723	42.202
Impostos e contribuições a recuperar		233	80	126
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	<b>7</b>	30.257	28.553	27.340
Outros ativos circulantes		4	4	88
<b>Total do circulante</b>		<b>53.086</b>	<b>68.881</b>	<b>74.004</b>
<b>Não circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários	<b>5</b>	-	5.224	237
Impostos e contribuições a recuperar		289	289	282
Depósitos judiciais	<b>13</b>	141	173	120
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	<b>7</b>	1.275	13.049	14.630
Outros ativos não circulantes		-	-	101
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.705</b>	<b>18.735</b>	<b>15.370</b>
<b>Ativo total</b>		<b>54.791</b>	<b>87.616</b>	<b>89.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016 (Reclassificado)</b>	<b>01/01/2016 (Reclassificado)</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	<b>8</b>	629	1.559	2.011
Empréstimos e financiamentos	<b>9</b>	733	735	610
Encargos setoriais	<b>10</b>	138	508	154
Impostos e contribuições a recolher	<b>12</b>	764	792	1.062
Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	<b>14</b>	106	92	3.072
Outros passivos circulantes		89	274	156
<b>Total do circulante</b>		<b>2.459</b>	<b>3.960</b>	<b>7.065</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	<b>9</b>	1.972	2.699	3.426
Encargos setoriais	<b>10</b>	352	178	380
Imposto de renda e contribuição diferido	<b>11</b>	4.407	3.994	-
Provisões	<b>13</b>	635	553	37
Outros passivos não circulantes		31	26	48
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.397</b>	<b>7.450</b>	<b>3.891</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>			
Capital social		33.085	63.085	63.085
Reservas de lucros		11.850	13.121	15.333
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>44.935</b>	<b>76.206</b>	<b>78.418</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido total</b>		<b>54.791</b>	<b>87.616</b>	<b>89.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>15</b>	23.646	31.353
<b>Custos dos serviços</b>		<u>(10.425)</u>	<u>(14.175)</u>
Custos de operação	<b>16</b>	(9.913)	(8.951)
Custos de construção	<b>17</b>	<u>(512)</u>	<u>(5.224)</u>
<b>Lucro bruto</b>		13.221	17.178
 Despesas gerais e administrativas	<b>16</b>	(555)	(779)
 <b>Lucro operacional</b>		<u>12.666</u>	<u>16.399</u>
 Receitas financeiras	<b>18</b>	2.629	5.454
Despesas financeiras	<b>18</b>	<u>(351)</u>	<u>(616)</u>
 <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		14.944	21.237
 <b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(2.427)</u>	<u>(6.949)</u>
Corrente	<b>11</b>	(2.014)	(2.955)
Diferido	<b>11</b>	<u>(413)</u>	<u>(3.994)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>12.517</u>	<u>14.288</u>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>		0,38	0,23
 Ordinária		0,38	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício	12.517	14.288
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>12.517</u>	<u>14.288</u>

**Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:**

Ordinária	0,38	0,23
-----------	------	------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros</b> <b>Reserva legal</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>63.085</b>	<b>6.332</b>	<b>-</b>	<b>9.001</b>	<b>78.418</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	14.288	-	14.288
Destinação do lucro:					
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(9.001)	(9.001)
Reserva legal	-	715	(715)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(7.499)	-	(7.499)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.074)	6.074	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>63.085</b>	<b>7.047</b>	<b>-</b>	<b>6.074</b>	<b>76.206</b>
Redução de capital (Nota 12)	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.517	-	12.517
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(6.074)	(6.074)
Destinação do lucro:					
Dividendos intermediários	-	-	(7.714)	-	(7.714)
Dividendos propostos	-	-	(4.803)	4.803	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>33.085</b>	<b>7.047</b>	<b>-</b>	<b>4.803</b>	<b>44.935</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	14.944	21.237
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(28.114)	(35.494)
Receita de operação e manutenção	(10.720)	(9.149)
Remuneração do ativo financeiro	(15.163)	(21.386)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	157	192
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	116	(237)
Provisão para contingências trabalhistas	-	379
Atualização das provisões para contingências	82	137
Atualização de títulos e valores mobiliários	(2.586)	(5.430)
	(13.170)	(14.257)
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	707	(47)
IR e CSLL a recuperar	(746)	(1.055)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(2)	15
Depósitos judiciais	32	(53)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	36.465	36.127
Outros ativos	-	185
	36.456	35.172
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(930)	(452)
Encargos setoriais	(196)	152
Encargos de dívidas pagos	(157)	(192)
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido pagos	(1.475)	(1.874)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	29	(272)
Outros passivos	(180)	96
	(2.909)	(2.542)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	20.377	18.373
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimento em ativo financeiro da concessão	(512)	(5.224)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	43.532	6.922
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	43.020	1.698
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(30.000)	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(729)	(602)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.774)	(19.480)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(44.503)	(20.082)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.894	(11)
Caixa e equivalentes no início do exercício	51	62
Caixa e equivalentes no final do exercício	18.945	51
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.894	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receitas		
Serviços de transmissão de energia e outros	26.516	35.792
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116)	237
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.603)	(14.908)
Valor adicionado líquido produzido	15.797	21.121
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.629	5.454
Valor adicionado total a distribuir	18.426	26.575
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.336	1.319
Imposto de renda e contribuição social	2.427	6.949
Obrigações intra-setoriais	1.668	3.271
Outros	100	118
Subtotal	5.531	11.657
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	351	616
Aluguéis	27	14
Subtotal	378	630
Remuneração de capitais de próprios		
Dividendos distribuídos	7.714	7.499
Dividendos	4.803	6.074
Reserva legal	-	715
Subtotal	12.517	14.288
Valor adicionado distribuído	18.426	26.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

Em fevereiro de 2016, a Companhia concluiu o projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação. Cabe ressaltar que a RAP do reforço em Brumado II será definida no próximo ciclo (2017/2018).

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2258, de 27 de junho de 2017, é de R\$ 38.011 para o período 2017/2018. Para o período 2016/2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$ 37.423 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

### **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo;
- (ii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; vide nota explicativa nº6
- (iii) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências; vide nota explicativa nº13

### **2.5. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### **a) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

### **Mensuração**

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

#### **(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

### **Mensuração**

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

### **2.7. Impairment de ativos não financeiros**

## **Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. .

### **2.8. Concessão do serviço público (ativo financeiro)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP).

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinada pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

### **2.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

### **2.10. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### **2.10.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)**

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

### **2.11 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

### **2.12 Receita e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### **2.13 Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

### **2.14 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### **2.15. Encargos setoriais**

#### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

#### **b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

#### **c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### **d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### **3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### **3.1. *IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

- ***Classificação - Ativos financeiros***

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação do IFRS 9. Até a presente data, não existe um consenso no setor para a adequada definição quanto a mensuração dos ativos financeiros da concessão, tanto para a parcela a ser recuperada por meio da RAP quanto, da parcela ser indenizada ao final da concessão. Dessa forma, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018.

- ***Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais***

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a



## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de impairment descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de impairment da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	Impairment adicional estimado em 01/01/2018
Contas a receber com terceiros	9
Contas a receber com partes relacionadas	11
<b>Perdas adicionais por redução ao valor recuperável</b>	<b>20</b>

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos e, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

### • **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

### • **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

### **3.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

- **Receita de operação e manutenção**

Corresponde a um percentual do faturamento da RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

- **Remuneração do ativo financeiro**

Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A remuneração do ativo financeiro também é parte da RAP.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

- **Receita de construção**

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

- **Transição**

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

### **3.3 IFRS 16 Leases (arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

- **Transição**

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

### **3.4 Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **4. Reclassificação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos referentes às aplicações financeiras da conta de Caixa e equivalentes de caixa para a conta de Títulos e valores mobiliários e a reclassificação da conta de concessão de serviços públicos (ativo financeiro) da linha de atividades de investimentos para atividades operacionais. As aplicações financeiras que foram reclassificadas não atendiam a todos os critérios para a classificação como equivalentes de caixa, uma vez que não vinham sendo utilizados para atender a compromisso de curto prazo, bem como em alguns casos tinham prazo de vencimento superior a noventa dias. Os valores referentes a ativos financeiros de concessão de serviços públicos foram reclassificados pois referem-se aos fluxos de caixa advindos da atividade geradora de receita da Companhia.

## Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir resume esses impactos:

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	35.307	(35.256)	51
Títulos e valores mobiliários	467	35.256	35.723
Outros	51.842	-	51.842
<b>Total de ativos</b>	<b>87.616</b>	<b>-</b>	<b>87.616</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>11.410</b>	<b>-</b>	<b>11.410</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>76.206</b>	<b>-</b>	<b>76.206</b>

### Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Atividades operacionais	(3.175)	16.324	13.149
Atividades de investimento	16.300	(51.580)	(35.280)
Atividades de financiamento	(20.082)	-	(20.082)

### Balanco patrimonial em 01 de janeiro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	42.264	(42.202)	62
Títulos e valores mobiliários	237	(42.202)	42.439
Outros	46.873	-	46.873
<b>Total de ativos</b>	<b>89.374</b>	<b>-</b>	<b>89.374</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>10.956</b>	<b>-</b>	<b>10.956</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>78.418</b>	<b>-</b>	<b>78.418</b>

### Demonstrações do fluxo de caixa em 01 de janeiro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Atividades operacionais	(694)	23.545	22.851
Atividades de investimento	(6.124)	(37.567)	(43.691)
Atividades de financiamento	(8.598)	216	(8.382)

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

**5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	<b>Ref</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
			(Reclassificado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(a)</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista		26	51
Fundos de investimento		18.919	-
		<u>18.945</u>	<u>51</u>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>(b)</b>		
Fundos de investimento		-	40.947
Total		<u>-</u>	<u>40.998</u>
Circulante		18.945	35.774
Não circulante		-	5.224

(a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

<b>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</b>	<b>2017</b>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>	
BB TOP Curto Prazo	18.907
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	<u>12</u>
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<b><u>18.919</u></b>

<b>Carteira (Títulos e valores mobiliários)</b>	<b>2016</b>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>	
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	7.598
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	25.263
CDBs	2.315
LF	4.295
Debentures	91
DPGE	1.305
Outros	<u>80</u>
<b>Total TVM - Fundos Exclusivos</b>	<b><u>40.947</u></b>

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Títulos a receber	4.408	5.115
Terceiros	2.807	3.359
Partes relacionadas (nota 19)	1.601	1.756
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(761)	(645)
Total	3.647	4.470

	Saldos vincendos	Vencidos	Total		PCLD	
		Mais de 90 dias	2017	2016	2017	2016
Setor privado	3.527	881	4.408	5.115	(761)	(645)
Total	3.527	881	4.408	5.115	(761)	(645)

### 7. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	Ref.	2017	2016
Recebíveis	(a)	30.820	41.433
Indenização	(b)	712	169
Total		31.532	41.602
Circulante		30.257	28.553
Não Circulante		1.275	13.049

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados à taxa interna de retorno.

(b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação/indenização, conforme quadro abaixo:

	2017	2016
Indenização no final da concessão	36.389	36.389
Tempo residual da concessão (meses)	116	128
TIR	3,45%	4,29%
Circulante	712	169

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos.

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

## Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.970
Adições	5.224
Amortização/reversão	(26.978)
Atualização/valor justo	21.386
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>41.602</u>
Adições	512
Amortização/reversão	(25.745)
Atualização/valor justo	15.163
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>31.532</u>

### 8. Fornecedores

<u>Fornecedores</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Terceiros	619	1.169
Partes relacionadas (nota 19)	10	390
Total	<u>629</u>	<u>1.559</u>

### 9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BANCO DO BRASIL	<u>2.705</u>	<u>3.434</u>
Circulante	733	735
Não Circulante	1.972	2.699

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva entre 4,5% a.a. e 6% a.a., que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, finalizando em agosto de 2024.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	727
2019	727	727
2020	508	508
2021	201	201
2022	201	201
Após 2022	335	335
Total obrigações	<u>1.972</u>	<u>2.699</u>



## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A mutação de empréstimos e financiamentos está como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	610	3.426	4.036
Encargos	192	-	192
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(794)	-	(794)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	735	2.699	3.434
Encargos	157	-	157
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(886)	-	(886)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	733	1.972	2.705

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa				Alterações em não caixa			
	2015	Adições	Baixas	Outros	2016	Adições	Baixas	Outros	2017	Adições	Baixas	Outros
Empréstimos e financiamentos	4.036	-	(794)	-	192	3.434	-	(886)	-	157	2.705	

## 10. Encargos setoriais

	2017	2016
Reserva Global de Reversão – RGR	83	105
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	21	24
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	366	535
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	9	10
Ministério de Minas e Energia - MME	11	12
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>686</b>
Circulante	138	508
Não circulante	352	178

## 11. Imposto e contribuições correntes e diferidos

	2017		2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(11.447)	(2.862)	(10.374)	(2.594)
	(11.447)	(2.862)	(10.374)	(2.594)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(17.171)	(1.545)	(15.561)	(1.400)
	(17.171)	(1.545)	(15.561)	(1.400)
<b>Total</b>		<b>(4.407)</b>		<b>(3.994)</b>

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita da Atividade	36.463	36.463	36.130	36.130
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
Receita de Serviço	87	87	-	-
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	32%	32%	32%	32%
Base de Cálculo	2.945	4.403	2.890	4.336
Receitas financeiras	2.629	2.629	5.458	5.458
Receita Aluguel	34	34	27	27
Base de Cálculo para IRPJ/CSLL	5.608	7.066	8.375	9.821
Imposto de renda e contribuição social no período	1.402	636	2.094	884
Ajuste Adicional IRPJ	(24)	-	(24)	-
Diferido - Juros Ativo Financeiro (CS)	268	145	2.594	1.401
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.646	781	4.664	2.285
Corrente	1.378	636	2.071	884
Recolhidos e Pagos	666	484	921	630
Á pagar	154	114	118	207
Compensados e deduzidos	558	38	1.032	47
Diferido	268	145	2.593	1.401
	1.646	781	4.664	2.285

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 12. Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Imposto de renda - IR	154	118
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	114	207
Programa de integração social - PIS	17	18
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	80	83
Imposto sobre serviços - ISS	306	286
Impostos e contribuições retidos na fonte	93	80
	<u>764</u>	<u>792</u>

### 13. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível.

A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37
Adições	379
Atualização	137
Saldo em 31 de dezembro de 2016	553
Atualização	82
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>635</u>

#### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de caros e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

### a) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2017	2016
Trabalhistas	141	173
Total	141	173

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução de capital no valor de R\$ 30.000, cuja anuência da Aneel foi obtida em 13 de dezembro de 2016 através do Despacho nº 3.267. Como consequência da redução de capital, o valor de R\$ 0,4755 por ação ordinária foi devolvido aos acionistas no prazo previsto na Lei das Sociedades por Ações.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 33.085 (R\$ 63.085 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	55.416	29.063	87,84%
Iberdrola	5.361	2.812	8,50%
PREVI	1.446	758	2,29%
Outros	862	452	1,37%
Total	63.085	33.085	100,00%

### Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	12.517	14.288
Média ponderada das ações emitidas	33.085	63.085
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>0,38</b>	<b>0,23</b>

## Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

### b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

### c) Dividendos

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação
			ON
2017			
RCA de 22 de fevereiro de 2017	Dividendos	6.074	0,1902414835
AGOE de 12 de abril de 2017	Dividendos	13.573	0,1188864693
2016			
RCA de 01 de setembro 2016	Dividendos intercalares	7.499	0,1188864693
AGO de 28 de abril 2016	Dividendos	12.001	0,1902414835

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)</u></b>	<b><u>2017</u></b>	<b><u>2016</u></b>
Lucro líquido do exercício	12.517	14.288
Dividendos intermediários	(7.714)	(7.499)
Reserva legal	-	(715)
Dividendos adicionais propostos	(4.803)	(6.074)
Base de cálculo do dividendo	12.517	14.288
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

## Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.072
Declarados	16.500
Pagos no exercício	<u>(19.480)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92
Declarados	13.788
Pagos no período	<u>(13.774)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>106</u></u>

### 15. Receita líquida

	<b>Ref.</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita de operação e manutenção		10.720	9.149
Remuneração do ativo financeiro		15.163	21.386
Receita de construção		512	5.224
Outras receitas		121	33
Total receita bruta		<u>26.516</u>	<u>35.792</u>
(-) Deduções da receita bruta	(a)	<u>(2.870)</u>	<u>(4.439)</u>
<b>Total receita operacional líquida</b>		<u><b>23.646</b></u>	<u><b>31.353</b></u>

(a) Deduções da receita bruta

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Impostos e contribuições</b>		
PIS	(238)	(235)
COFINS	(1.098)	(1.084)
<b>Encargos Setoriais</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.132)	(1.237)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(30)	(759)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(334)	(322)
Encargos do Consumidor - PROINFA	<u>(38)</u>	<u>(802)</u>
Total	<u><u>(2.870)</u></u>	<u><u>(4.439)</u></u>

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

**16. Custos e despesas operacionais**

	<b>2017</b>			<b>2016</b>
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(171)	-	(171)	(101)
Serviços de terceiros	(8.812)	(356)	(9.168)	(8.552)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	(134)	-	(134)	(151)
Arrendamentos e aluguéis	(27)	-	(27)	(14)
Tributos	(50)	(50)	(100)	(118)
(Provisões) reversões líquidas - PCLD	(116)	-	(116)	237
Provisões líquidas - contingências	-	(60)	(60)	(494)
Outros custos e despesas	(602)	(89)	(691)	(537)
Totais custos / despesas	(9.913)	(555)	(10.467)	(9.730)

**17. Custo de construção**

	<b>Ref.</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custos de construção da infraestrutura da concessão	(a)	(512)	(5.224)

(a) A Variação está relacionada com a redução nas aquisições/investimentos na Companhia após a conclusão da obra de Brumado II no ano de 2016.

**18. Resultado Financeiro**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	2.586	5.432
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	34	20
Outras receitas financeiras	9	2
Total	2.629	5.454
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívida	(157)	(192)
Atualização provisão para contingências	(82)	(137)
Outras despesas financeiras	(112)	(287)
Total	(351)	(616)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	2.278	4.838

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 19. Saldos e transações com partes relacionadas

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2017	2016	2017	2016
<b><u>Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo</u></b>					
BANCO DO BRASIL	(a)	-	(40.947)	-	-
		-	(40.947)	-	-
<b><u>Serviços Administrativos</u></b>					
COELBA	(b)	(10)	-	(119)	-
		(10)	-	(119)	-
<b><u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u></b>					
COELBA	(c)	1.459	1.631	13.997	12.698
CELPE		38	17	259	155
COSERN		10	5	93	56
ITAPEBI		2	3	26	31
TERMOPERNAMBUCO		3	5	52	64
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(d)	-	(390)	(6.051)	(5.720)
BAGUARI		-	-	4	6
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		3	4	41	50
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES		34	62	432	481
CALANGO 1		-	-	2	2
CALANGO 2		-	-	2	2
CALANGO 3		-	-	2	2
CALANGO 4		-	-	2	2
CALANGO 5		-	-	2	2
CAETITÉ 1		-	1	2	2
CAETITE 2		-	1	2	3
CAETITÉ 3		-	1	2	3
ELEKTRO REDES		52	-	158	-
		1.601	1.340	9.027	7.839
<b><u>Dividendos e JSCP</u></b>					
OUTROS MINORITÁRIOS		(106)	(92)	-	-
		(106)	(92)	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.485</b>	<b>(39.699)</b>	<b>8.908</b>	<b>7.839</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.485</b>	<b>(39.699)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (b) Consumo próprio de energia.
- (c) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.



## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

(d) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.

### **19.1. Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28**

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia.

### **19.2. Remuneração da administração**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

## **20. Gestão de riscos financeiros**

### **a) Considerações gerais e políticas**

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

### **b) Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

### **c) Gestão de risco de mercado**

#### Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 18.919 em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	2.705	3.044	851	814	562	239	227	351
Fornecedores	629	629	629	-	-	-	-	-

### e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

#### Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

#### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

## Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2017	2016
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18.945	51
Títulos e valores mobiliários	-	40.947
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	4.408	5.115
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	30.820	41.433
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		
Concessão do Serviço Público - Indenização	712	169

### f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	18.919	457	346	233

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### g) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		2017		2016	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		34.461	34.461	46.072	46.072
Contas a receber de clientes e outros	2	3.647	3.647	4.470	4.470
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	30.820	30.820	41.433	41.433
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		18.945	18.945	40.998	40.998
Caixa e equivalentes de caixa	1	18.945	18.945	51	51
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	40.947	40.947
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		3.334	3.334	4.993	4.993
Fornecedores	2	629	629	1.559	1.559
Empréstimos e financiamentos	2	2.705	2.705	3.434	3.434

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

## Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)

### 20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30.11.17 a 30.11.18	326.560	238
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.17 a 30.11.18	100.000	23
Veículos	08.10.17 a 31.05.18	100% FIPE	2

---

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARCUS MOREIRA DE ALMEIDA  
**Presidente**

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN  
**Vice-Presidente**

**Titulares**

AGUINALDO BARBIERI  
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

**Suplentes**

MARCIO HAMILTON FERREIRA  
MARCUS VINICIUS CODECEIRA LOPES PEDREIRA  
LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Alejandro Roman Arroyo  
**Diretor Presidente**

Sandro Kohler Marcondes  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor Regulação**

Eunice Rios Guimarães Batista  
**Diretora de Gestão de Pessoas**  
Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

**CONTADORA**

Vivian Paim Lopes  
CRC-RJ-Nº 104355/O-8